

Um Rectângulo Perigoso? A UE e os EUA no Mediterrâneo

BRUNO CARDOSO REIS

IEEI, Lisboa

1) A UE a Aliança Atlântica têm futuro como actores internacionais, particularmente no quadro do Mediterrâneo?

Até que ponto não vivemos numa época de interesses variáveis mas alianças permanentes? Ou, colocado de outra forma, até que ponto a União Europeia e a NATO, criadas no contexto da Guerra Fria, resistirão a todas as mudanças que o fim da mesma provocará.

É claro que a União Europeia desempenha hoje funções fundamentais em áreas-chave que nada têm que ver com a sua origem e que tornam a sua extinção tão improvável quanto incerta é a sua evolução futura nalguns campos fundamentais para a sua consolidação futura, particularmente a da política externa e de defesa é incerta.

O futuro da NATO, ou seja e posto de outra forma, a solidez da relação entre os EUA e a Europa parece mais incerta. A organização tem um passado de sucesso e ganhou mesmo protagonismo com o fim da Guerra Fria, como fórum preferencial de coordenação militar entre os dois lados do Atlântico, de eficaz acção no terreno (Bósnia e Kosovo); e de reforço de integração do Leste Europeu e mesmo da Rússia. A actual instabilidade do quadro internacional tanto pode pôr em causa a sua coesão como potenciar a sua importância no sentido de funcionar como um elemento de coordenação uma Europa, livre dos constrangimentos da ameaça soviética, com protagonismo acrescido graças ao seu enorme poder económico e grande empenho na ajuda ao desenvolvimento, e uns EUA que são a economia em mais dinâmica e a grande potência militar actual.

A nossa argumentação essencial será a de que a crise actual do protagonismo internacional quer da UE quer da NATO, que nos parece inegável, resulta sobretudo da adopção pela actual Administração Bush da preferência por alianças de ocasião, «*coalition of the willing*», e a tentativa de pressionar os aliados, na ausência de qualquer coordenação séria de objectivos, calendários, em suma, estratégias de médio e longo prazo, a preencher as funções subordinadas que Washington decide atribuir-lhe. Os países europeus mais fracos ou historicamente próximos dos EUA acedem a preencher este papel, os países mais fortes da Europa recusam-no. O Mediterrâneo e as regiões envolventes são um palco privilegiado desta crise presente, que nele ganha dimensões particularmente sérias, visto que reflecte não apenas uma disposição unilateralista de Washington, que claramente agrava os problemas, mas um problema mais profundo de percepções e interesses aparentemente, pelo menos, profundamente divergentes.

Estamos convencidos de que o Mundo ainda é demasiado perigoso para as grandes democracias ocidentais se poderem dar ao luxo de dar por adquirido que uns são de Marte e outros de Vénus e dispensar uma coordenação séria no campo externo e da defesa. E que quando a poeira actual assentar, se acentuará uma tendência, aliás já visível ao nível das elites nos EUA, para apreciar quão desnecessariamente custoso é o actual unilateralismo ideológico da Administração Bush II.

2) Qual a percepção da UE e dos EUA dos seus interesses na região mediterrânica?

Se há uma região em que a coordenação de políticas no seio da NATO e da UE (e entre estas duas organizações) é simultaneamente difícil e importante é a do Mediterrâneo.

Um primeiro problema resulta do facto de enquanto a Europa e os países árabes ribeirinhos vêm no Mediterrâneo, de facto, *uma* região, os EUA e Israel fazem tudo para ver ou criar várias. O

que resulta do facto de, enquanto estes dois últimos actores consideram o conjunto da região circunvizinha como efectivamente ou potencialmente adversa a Israel, os europeus e árabes tendem a considerar a situação criada pela ocupação e colonização da Palestina por Israel como o grande foco de tensão na região que serve os interesses dos elementos extremistas de que se alimenta o terrorismo e dificulta qualquer transição controlada para regimes mais pluralistas nos países árabes. Ou seja, os EUA e Israel tendem a compartimentar o mais possível a região (dividir para reinar), e olham para os esforços de institucionalização da região por parte da UE com indiferença ou mesmo desconfiança.

3) Há realmente uma estratégia europeia e norte-americana para esta região?

Existe uma estratégia europeia consensual em termos muito genéricos: consolidar zonas de paz e estabilidade nas zonas envolventes da UE mediante um forte investimento no desenvolvimento dessas regiões, assim como, no caso do Leste e dos Balcãs, da perspectiva de integração plena no quadro institucional da União, no caso do Mediterrâneo da criação de uma zona de comércio livre, e de uma diálogo institucionalizado mediante a PEM. A sua lógica é simples e sábia: a UE tem de estabelecer padrões e limites, mas se não se preocupar com a periferia, vai importar os problemas que nela surgirem.

Conclusão: momento actual e perspectivas futuras.

É um facto pouco notado, mas relativamente óbvio, que o Iraque veio essencialmente intensificar as dificuldades e cisões internas relativamente à crise Palestina, no seio da UE e entre esta e os EUA. Dificuldades que se continuarão a verificar sempre que se repita uma crise do mesmo tipo, independentemente de serem criadas ou não capacidades militares efectivas à disposição da UE no quadro da PESD. A famosa força de reacção rápida não resolve a parte política do problema da rapidez de reacção europeia, mesmo a crises na sua zona envolvente imediata e que ameacem directamente a sua segurança. E a zona do Mediterrâneo, claramente, de acordo com os cálculos dos políticos europeus, arrisca-se a produzir muitas destas crises: daí podermos encontrar ao mesmo tempo declarações de intenções para com os vizinhos árabes da UE, enquanto, simultaneamente, ou sob a forma de gaffes, de Willy Claes até Berlusconi, ou de forma mais discreta e velada, nomeadamente nas orientações estratégicas nacionais que vão sendo publicadas, quanto à preocupação com o flanco sul europeu. De facto, com a crescente estabilização do eixo tradicional da geopolítica europeia – as planícies entre Paris e Moscovo – é inegável que o flanco sul, foco no passado da notória «Questão Oriental» ganha ainda acrescida importância, sem que isso seja necessariamente bom sinal ou sinónimo de atenção informada.

As únicas alternativas benignas – mas a história mostra, para citar um israelita que muito admiro, Abba Eban, que «os povos e os seus dirigentes são capazes de tomar decisões sábias, mas após terem esgotado todas as demais opções» são – ou uma UE que aceita ser um fórum de discussão aberta de questões externas e de segurança, e reserva um papel activo para as áreas onde existe consenso, nomeadamente na chamada *soft security*, em que já tem uma presença importante e em que pode usar a sua grande experiência de construção institucional e gestão pública, nomeadamente nos esforços de reconstrução pós-bélica, na construção da paz; ou conclui que a Europa corre o risco da inoperância e da irrelevância se não consolidar mecanismos de gestão efectiva de crises, que terão de poder ser accionados por maioria dos Estados Membros, com a possibilidade de *opt-out* mas não de veto.

De facto, a continuar a dominar em Washington um lógica securitária e militarista resultará em que uma Europa potência civil e dividida, será cada vez mais secundarizada. Cada um à sua maneira, os diferentes países europeus, da Grã-Bretanha até à França, passando pelos 8 da carta até aos 10 de Vilnius procuram dar alguma resposta ao problema da hegemonia cada vez menos dialogante dos EUA. O grande problema destas iniciativas parece-nos ser que qualquer delas posturas tem tendido a reforçar os que em Washington consideram a Europa irrelevante, porque dividida e fraca, porque elas olham demais para Washington e de menos para a própria Europa.